



CONTABILIDADE

Como Pilar do Desenvolvimento

de

ANGOLA



Imagem: iStock. Empresário colhendo moedas
com análise de gráfico de lucro, crescimento empresarial. 27 de Julho de 2023

Autor: António Lopes Nicolau
Email: alonicolau@yahoo.com.br

Outubro 2024
(*Ensaio nº 002/2024*)

Luanda – Angola

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	3
I. Introdução	3
1.1. Contextualização do Desenvolvimento Económico de Angola	3
1.2. A Importância da Contabilidade no Desenvolvimento	4
II. Histórico da Contabilidade em Angola	4
2.1. Evolução da Contabilidade no Contexto Angolano	5
2.2. Marcos Legais e Regulatórios	6
2.2.1 Normalização Contabilística e Enquadramento Legal	6
2.2.2 Marcos Regulatórios	8
III. Papel da Contabilidade no Desenvolvimento Económico.....	10
3.1. Contribuição para a Transparência e Prestação de Contas	10
3.2. Facilitação de Investimentos Estrangeiro e Local	10
3.3. Planeamento Económico e Estratégico	11
IV. Desafios da Contabilidade em Angola.....	11
4.1. Limitações na Formação e Capacitação Profissional	12
4.2. Barreiras Tecnológicas e Infraestrutura	12
4.3. Problemas de Regulação e Compliance.....	13
V. Oportunidades de Aprimoramento.....	13
5.1. Investimento em Educação e Formação Contabilística	13
5.2. Modernização das Tecnologias de Informação	14
5.3. Fortalecimento das Normas Contabilísticas e da Fiscalização	14
VI. Estudos de Caso.....	15
6.1. Impacto no Sector Empresarial.....	15
6.2. Impacto no Sector Público	16
VII. Perspectivas Futuras	16
7.1. Potencial da Contabilidade para o Crescimento Sustentável.....	17
7.2. A Integração da Contabilidade com as Políticas de Desenvolvimento.....	17
VIII. Conclusão e Recomendações	18
8.1. Resumo dos Pontos Principais	18
8.2. Recomendações para Fortalecer o Papel da Contabilidade em Angola.....	19
IX. Referências Bibliográficas.....	20

NOTA PRÉVIA

Este artigo visa explorar o papel fundamental da contabilidade no desenvolvimento económico de Angola, abordando como práticas contabilísticas eficazes podem promover a transparência, facilitar investimentos e apoiar um planeamento estratégico robusto. A contabilidade é uma disciplina vital que vai além do simples registo financeiro, desempenhando um papel crucial na gestão de recursos, na governança corporativa e na implementação de políticas públicas.

Ao longo deste ensaio, apresentaremos a evolução da contabilidade em Angola, destacando marcos históricos e regulatórios, bem como os desafios e oportunidades que moldam a prática contabilística no país. Analisaremos também o impacto positivo da contabilidade no sector privado, com exemplos de empresas que adoptaram boas práticas e demonstraram resultados significativos. No sector público, destacaremos como a contabilidade contribui para a gestão eficiente dos recursos estatais e para o aumento da transparência fiscal.

Este artigo, também, oferece recomendações práticas para fortalecer o papel da contabilidade em Angola, incluindo a necessidade de investimentos em educação e capacitação, modernização tecnológica, e o fortalecimento das normas contabilísticas e da fiscalização. Espera-se que o presente ensaio forneça *insights* valiosos para profissionais da área, formuladores de políticas e outras partes interessadas, contribuindo para um desenvolvimento económico mais sustentável e transparente em Angola.

Finalmente, este ensaio é um **convite à reflexão** e ao **diálogo** contínuo sobre como a contabilidade pode ser um pilar estratégico para o crescimento e a **prosperidade** de Angola.

I. INTRODUÇÃO

A introdução deste ensaio aborda a importância da contabilidade como um pilar fundamental para o desenvolvimento económico de Angola, um país rico em recursos naturais e com um grande potencial para crescimento sustentável.

1.1. Contextualização do Desenvolvimento Económico de Angola

Angola é um país com um histórico económico marcado por fases distintas, desde o período colonial até os desafios actuais pós-guerra civil. Com uma economia fortemente dependente da exploração de petróleo, o país enfrentou oscilações económicas significativas devido à volatilidade dos preços das *commodities*. Após a paz alcançada em 2002, Angola entrou em uma fase de reconstrução, priorizando a estabilização macro-económica, a diversificação da economia e o fortalecimento das instituições.

O crescimento económico nos primeiros anos após o conflito foi impulsionado principalmente pela exploração dos recursos naturais, especialmente petróleo e diamantes. No entanto, a dependência excessiva desses sectores expôs a economia a riscos externos, levando à necessidade de diversificação e reformas estruturais para garantir um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Nos últimos anos, o governo angolano tem se esforçado para implementar políticas de estabilização económica, controlo da inflação e atração de investimento estrangeiro, com o objectivo de fomentar outros sectores, como agricultura, indústria e serviços.

Neste cenário, o fortalecimento da infraestrutura financeira e contabilística tornou-se crucial para melhorar a governança económica e a prestação de contas, essenciais para atrair investidores e desenvolver a confiança no mercado. O crescimento económico sustentável de Angola está, portanto, intimamente ligado à capacidade do país de implementar boas práticas contabilísticas que suportem uma gestão financeira transparente e eficiente.

1.2. A Importância da Contabilidade no Desenvolvimento

A contabilidade desempenha um papel estratégico no desenvolvimento económico de Angola, sendo um dos pilares que sustenta a transparência, a prestação de contas e a tomada de decisões informadas. No contexto de uma economia em crescimento, a contabilidade não apenas facilita o monitoramento e controlo dos recursos, mas também contribui para a credibilidade das empresas e das instituições públicas.

Para o **sector privado**, a contabilidade permite que as empresas avaliem com precisão sua situação financeira, planeiem estratégias de crescimento e se adaptem rapidamente às mudanças do mercado. Empresas que adoptam práticas contabilísticas sólidas são mais bem vistas pelos investidores, conseguem melhores condições de financiamento e, conseqüentemente, têm maiores chances de expansão. Além disso, a contabilidade fornece uma base confiável para o cálculo de impostos, ajudando a evitar fraudes e a melhorar a arrecadação fiscal, um aspecto fundamental para o financiamento das políticas públicas.

No **sector público**, a contabilidade é fundamental para a gestão das finanças do Estado, permitindo que o governo planeie e execute o orçamento com maior eficiência. A transparência nas contas públicas ajuda a combater a corrupção, promove a confiança da população nas instituições e assegura que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz para o desenvolvimento do país.

Portanto, o fortalecimento da contabilidade em Angola é essencial para superar os desafios económicos e promover um ambiente de negócios mais seguro e confiável. Ao adoptar normas internacionais de contabilidade e investir na formação de profissionais qualificados, Angola pode avançar significativamente na sua trajetória de crescimento económico e desenvolvimento sustentável.

II. HISTÓRICO DA CONTABILIDADE EM ANGOLA

O desenvolvimento da contabilidade em Angola reflecte a trajetória económica e política do país, desde o período colonial até o cenário actual de reconstrução e modernização económica. A prática contabilística angolana evoluiu de um sistema rudimentar, amplamente influenciado pela administração colonial portuguesa, para um modelo que busca alinhar-se com as normas internacionais, como as IFRS (Normas Internacionais de Relato Financeiro).

2.1. Evolução da Contabilidade no Contexto Angolano

Segundo Dilolwa (1978), a história económica de Angola até à independência divide-se em dois grandes períodos: o pré-colonial e o colonial, este último subdividido em etapas que reflectem momentos distintos de exploração e conflito. Esse contexto moldou as “práticas contabilísticas” no país, que eram caracterizadas por um comércio desigual, o tráfico de escravos, guerras de ocupação militar, exploração capitalista, e, finalmente, a revolução angolana.

Assim, a história da contabilidade em Angola está intimamente ligada ao período colonial, marcado por práticas contabilísticas impostas pelo sistema administrativo português. Neste período, a contabilidade servia principalmente para o controlo das actividades comerciais e administrativas relacionadas à metrópole (então Portugal Continental). Era essencialmente um instrumento de registo básico de transações financeiras, sem grandes preocupações com a transparência ou com normas contabilísticas padronizadas.

De acordo com informação adoptada por Nicolau (2009), após a independência em 1975, o país passou por três fases distintas de desenvolvimento económico e contabilístico:

- **Primeira Fase (1975-1985):** Caracterizada pela estruturação do sector empresarial estatal através de confiscos, nacionalizações e criação de unidades económicas estatais, inseridas em um sistema de economia planificada. Durante essa fase, a contabilidade se estruturou principalmente para atender às necessidades de controlo económico do Estado, com a implementação do primeiro “**Plano de Contas Nacional**” (PCN) em 1979, que uniformizou os registos contabilísticos, mas era adaptado ao sistema de economia centralmente dirigida.
- **Segunda Fase (1986-1991):** Marcada por reformas que visavam a reestruturação e privatização do sector empresarial do Estado, reconhecendo o papel do sector privado e a necessidade de capital nacional e estrangeiro. O “**Plano de Contas Empresarial**” (PCE), adoptado em 1989, com distinção entre a contabilidade geral e a contabilidade de custos (analítica de exploração), reflectia a transição para um sistema económico misto. Essa evolução foi essencial para adaptar as práticas contabilísticas ao contexto de uma economia que começava a se liberalizar, apesar de ainda ser dominada pelo centralismo económico e um sistema político que caminhava lentamente para a democracia.
- **Terceira Fase (1992 até os dias actuais):** Com o fim da Guerra Fria, Angola começou a transitar para uma economia de mercado, desmantelando o sistema socialista e monopartidário. Esse período é caracterizado pela liberalização económica e pelo acolhimento de medidas sugeridas pelo FMI e pelo Banco Mundial. Com a aprovação do “**Plano Geral de Contabilidade**” (PGC) em 2001, Angola deu um passo importante na harmonização das suas práticas contabilísticas com os padrões internacionais, em resposta à crescente globalização da economia. Esse plano foi um marco na

transição para a economia de mercado, alinhando as empresas angolanas a uma base mais ampla de normas internacionais, embora ainda fossem necessárias actualizações para acompanhar as exigências do mercado global.

2.2. Marcos Legais e Regulatórios

No pós-Independência, os marcos legais e regulatórios da contabilidade em Angola reflectem o esforço do país para alinhar suas práticas contabilísticas aos padrões globais.

2.2.1 Normalização Contabilística e Enquadramento Legal

A normalização da contabilidade em Angola passou por várias etapas, cada uma reflectindo as mudanças no contexto económico e político do país:

- **PRIMEIRO PLANO DE CONTAS - *Plano de Contas Nacional* (PCN, 1979)**

O **PCN** foi criado sob o **Decreto nº 250/79**¹, de 19 de Outubro. O **PCN** foi o primeiro plano de contabilidade oficial do país, adoptando um sistema **monista** adaptado ao modelo de economia planificada, que vigorava à data². Este plano buscava uniformizar a contabilidade em todas as empresas, públicas ou privadas, mas era predominantemente voltado para o sector estatal.

Assim, em **1981**, com o apoio da cooperação soviética (ex-URSS), o Ministério das Finanças publicou o ***Manual da Contabilidade na Indústria***³, que continha uma breve exposição dos princípios gerais da contabilidade e as recomendações práticas relativamente à organização da contabilidade nas empresas industriais estatais. Diziam os seus autores que o respectivo manual se destinava aos «*professores de Contabilidade nos Institutos Económicos Superiores e Médios e aos seminários especializados de preparação e superação dos contabilistas práticos e ainda para servir de manual de estudo para os estudantes dos mesmos Institutos e Seminários*».

Finalmente, em **1984**, através do **Decreto nº 74/84**, de 19 de Outubro, foram aprovadas as ***Instruções sobre a Aplicação do Plano de Contas Nacional*** e impresso em brochura, em Dezembro do mesmo ano, sob a chancela do Departamento Nacional de Contabilidade do Ministério das Finanças.

- **SEGUNDO PLANO DE CONTAS: *Plano de Contas Empresarial* (PCE, 1989)**

Este plano, aprovado pelo **Decreto 70/89**, de 23 de Dezembro, introduziu um sistema **dualista** de contabilidade (Contabilidade geral, *Patrimonial, Financeira ou Externa* - virada para o relacionamento da empresa com o exterior - e a ***Contabilidade de Custos, Analítica de Exploração ou Interna*** - virada essencialmente para o controlo interno e

¹ Publicado no **DR. nº 280**, de **1979**, I Série. Referido, também, no livro “*A Contabilidade na Indústria*”, 1981, pág.9. A brochura de Instruções sobre a aplicação do PCN, de 1984, refere-se ao mesmo decreto na página 267, mas na sua página 7 cita (erradamente) o **Decreto nº 259/79** (!).

² Convém notar, embora a intenção era a generalização às empresas da aplicação do referido plano, o instrutivo aprovado em 1984 esclarecia que o mesmo se destinava simplesmente às empresas estatais, as únicas que se integravam em absoluto numa **filosofia socialista**. As empresas privadas e mistas, integradas numa **filosofia capitalista**, embora seguindo o Plano de Contas Nacional, advogava-se ter um tratamento diferenciado.

³ Edições Progresso, Moscovo, 1981.

para a gestão), adaptando-se à nova dinâmica económica da época, marcada pela transição para a economia de mercado e pela reestruturação das empresas estatais.

Denota-se, que para as empresas com deficiente organização da contabilidade e as de pequena dimensão, com destaque para as do tipo comercial, dava-se permissão a autorização da primeira modalidade o que a levaria a passar para o *Sistema **Monista***, com o processamento de uma única contabilidade. Verifica-se então haver duas hipóteses de aplicação: nos termos do *Sistema **Dualista***, que se pretendia fosse generalizado; ou segundo o sistema Monista, para casos de excepção.

Aprovado o Plano de Contas Empresarial, considerou-se oportuno mandar editar uma brochura, tendo em conta que tal serviria não só de um verdadeiro instrumento de trabalho e consulta para todos aqueles que de uma forma ou outra estivessem ligados às esferas administrativa, económica ou financeira, onde necessariamente a contabilidade desempenhava uma função primordial e fundamental, como também o mesmo servisse de valioso auxiliar para o Ensino.

É assim que, com o apoio da cooperação portuguesa e dentro do âmbito do plano de actividades do Departamento Nacional de Contabilidade do Ministério das Finanças, foi publicado em **1993** o manual de ***Contabilidade Aplicada: Simulação do desenvolvimento contabilístico da actividade de uma empresa industrial***⁴.

É de realçar, que foi obrigatória a aplicação do **PCE** a partir de 1990 nas unidades económicas estatais, mistas e privadas. **Exceptuaram-se** as unidades que exerciam actividades **seguradora** e **bancária**.

- **TERCEIRO PLANO DE CONTAS: Plano Geral de Contabilidade (PGC, 2001)**

Com a crescente globalização e a necessidade de harmonizar as práticas locais com as internacionais, assumiu-se com especial relevância a aprovação de um novo Plano de Contas adequado à situação da actualidade.

É assim que, através do **Decreto nº 82/01**, de 16 de Novembro, foi aprovado o ***Plano Geral de Contabilidade***, de aplicação obrigatória às Sociedades Comerciais e Empresas Públicas, que exerçam actividades em Angola ou que exerçam actividades em outros países, mas que tenham a respectiva sede em Angola, **excluindo-se** as entidades que exerçam actividades que requeiram planos de contas específicos, nomeadamente a actividade **bancária**, **seguradora** e outras sujeitas a regime idêntico.

No Plano Geral de Contabilidade (**PGC**) manteve-se o *Sistema **Dualista*** já iniciado em 1989 com o Plano de Contas Empresarial. Foi legislado o uso obrigatório e a aplicação do Plano Geral de Contabilidade a partir do exercício de 2002 nas unidades económicas estatais, mistas e privadas, mas na realidade à sua aplicabilidade de forma tímida e

⁴ O manual não tem data impressa. A data indicada é a da sua aquisição, pois foi o ano que apareceu à venda, particularmente na Livraria Lello, em Luanda.

desordenada começou a ser exigida pela Administração Fiscal a partir do final de Maio de 2004.

NORMALIZAÇÃO DA CONTABILIDADE EM SECTOR ESPECÍFICO: O Caso das Instituições Financeiras

Relativamente às instituições financeiras, depois de um certo período de “transição”, em 2010 marcou a entrada efectiva do **CONTIF** (Plano Contabilístico das Instituições Financeiras), previsto no **Instrutivo nº 09/07** do BNA (Banco Nacional de Angola). O BNA promoveu, a partir de Outubro de 2013, o processo de adopção plena das Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS) pelo sector bancário nacional a partir do exercício de 2016, nos termos do **Aviso/Instrutivo nº 06/2016**, do respectivo Banco.

2.2.2 Marcos Regulatórios

- **O Exercício da Contabilidade e Auditoria em Angola**

A **Lei nº 3/01**, de 23 de Março, regula o “Exercício da Contabilidade e Auditoria” em Angola. Na referida Lei consta que a actividade profissional de contabilidade compreende: a preparação de demonstrações financeiras, decorrentes de imposição legal; e a realização de outros tipos de trabalho a executar por um contabilista, decorrente de imposição legal.

Ainda neste diploma legal e nos estatutos propostos para o organismo de profissionais contabilísticos optou-se por distinguir o técnico que **executa a contabilidade** do técnico que **efectua a auditoria**; usando a designação de **Contabilista** para o primeiro e de **Perito Contabilista** para o segundo, pelas seguintes razões:

- a) **Para o Contabilista**: a designação de “*Técnico de Contabilidade*” confundir-se-ia com a mesma dada pelo “IFAC” a um técnico com funções menos abrangentes do que o técnico que se pretende para Angola. A designação de “*Técnico de Contas*” leva a confusão com um técnico com funções de natureza mais contabilístico-fiscal, que se afastam significativamente daquelas que se pretendem para o referido técnico em Angola.
- b) **Para o Perito Contabilista**: a designação de “*Contabilista*” (usada pelo “IFAC”) iria colidir com a designação proposta para o técnico que tem a seu cargo o exercício da contabilidade e ao qual está, de acordo com a solução proposta, vedado o exercício de auditoria. O uso da designação de **auditor** induziria em erro na medida em que é demasiado limitativo e se pretendia que tal técnico tivesse também capacidade para o exercício da contabilidade.

Realça-se que a figura de Revisor Oficial de Contas (**ROC**), apesar de prevista no **Decreto-Lei nº 49.381**, de 6 de Novembro de 1969, nunca chegou a ser regulamentada em Angola.

Finalmente, a **Lei nº 3/01**, que regula o “Exercício da Contabilidade e Auditoria”, prevê nas suas disposições finais e transitórias, que os técnicos e auditores actualmente existentes podem manter-se em exercício até que seja constituída a “**Ordem**” dos referidos profissionais⁵.

- **OCPCA - Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola**

A criação da **OCPCA** em 2010, pelo **Decreto Presidencial nº 232/10**, representou um marco significativo na regulamentação da profissão contabilística em Angola.

*“A OCPCA teve como ponto de partida uma Assembleia Magna em 1 de Fevereiro de 2001, a qual foi seguida de duas reuniões sendo uma em 18 de Outubro de 2002 e outra em 5 de Novembro de 2002 de forma a poder vir a representar a classe na República de Angola. O Grupo Dinamizador, primeiro, e a seguir a Comissão Instaladora, foram preparando as condições para o arranque da Ordem num ambiente complicado do País. Em 11 de Outubro de 2010 foram publicados os estatutos, os quais, dado o tempo passado, ficaram com alguns pontos ligeiramente desajustados e, como tal, precisando de algumas alterações. Tais alterações foram efectuadas através do **Decreto Presidencial nº 318/14**, publicado em 28 de Novembro de 2014, permitindo assim a realização da Primeira Assembleia Geral da Ordem que teve lugar no dia 12 de Dezembro de 2014, altura em que foram nomeados os primeiros Corpos Sociais da Ordem. Os objectivos da Ordem vêm expressos nos Estatutos originais e nas alterações efectuadas em 28 de Novembro de 2014”. Disponível em: <http://www.ocpcangola.org/>. Acesso em: 15 de Setembro de 2024.*

A OCPCA desempenha um papel fundamental no refrescamento e na formação contínua dos profissionais, assegurando que as práticas contabilísticas em Angola atendam aos padrões éticos e técnicos internacionais. Conforme Kiala (2018), a OCPCA tem sido fundamental para o fortalecimento da profissão contabilística em Angola, contribuindo para o desenvolvimento da governança corporativa e a transparência económica. Segundo o Banco Nacional de Angola (BNA, 2016), a OCPCA tem sido vital para o desenvolvimento de um sistema contabilístico robusto e para a melhoria da governança corporativa no país.

- **CNNCA - Conselho Nacional de Normalização Contabilística de Angola**

Denota-se também como relevante a criação, por **Decreto Presidencial nº 65/19**, de 21 de Fevereiro, do CNNCA como entidade tecnicamente independente, dotada de autonomia administrativa e que funciona no âmbito do Ministério das Finanças. Nos termos do artigo 2º, do referido Decreto, o CNNCA é o órgão que tem como **missão** emitir pareceres e recomendações, bem como propor normas contabilísticas para o Sector Empresarial e para o Sector Público, com vista a uma harmonização com as melhores práticas internacionais e à melhoria da qualidade e integridade da informação

⁵ Porém, há uma certa confusão nas categorias/designações dos profissionais de contabilidade se compararmos com o que vem publicado no **Classificador de Profissões de Angola** (versão CPA/97), aprovado pelo **Dec.Exec.Conjunto (Mapess/Minplan) nº 31/03**, de 24 de Junho, Diário da República 49, I Série, onde se faz referência ao auditor contabilista, guarda-livros, ajudante de guarda-livros e outros contabilistas (ver pp. 966/7 e 1.013, do respectivo Diário da República). Ver, também, informação actualizada em “**INE** (Instituto Nacional de Estatística), **Classificação de Profissões de Angola**, REVISÃO 1 (CPA-Rev.1), 2016, Luanda”.

financeira. Refere-se que no artigo 4º, do mesmo Decreto, encontram-se plasmadas as **atribuições** do CNNCA.

Esses marcos mostram o compromisso de Angola em fortalecer seu ambiente regulatório, essencial para a construção de uma economia mais transparente e competitiva.

III. PAPEL DA CONTABILIDADE NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A contabilidade desempenha um papel central no desenvolvimento económico de qualquer país, e em Angola, sua importância é cada vez mais reconhecida. A prática contabilística é fundamental para garantir a transparência, promover a prestação de contas e facilitar a tomada de decisões estratégicas que impulsionam o crescimento económico sustentável. Este capítulo examina a contribuição da contabilidade em três áreas-chave: a transparência e prestação de contas, a facilitação de investimentos estrangeiro e local, e o planeamento económico e estratégico.

3.1. Contribuição para a Transparência e Prestação de Contas

A contabilidade é essencial para a transparência e a prestação de contas tanto no sector público quanto no privado. Através de práticas contabilísticas robustas, as empresas e instituições públicas são capazes de apresentar informações financeiras precisas e confiáveis, que são fundamentais para a confiança dos investidores, do governo e da sociedade em geral.

No **sector privado**, o acolhimento de normas contabilísticas internacionais, como as IFRS, promove uma apresentação padronizada das demonstrações financeiras, facilitando a comparação entre empresas de diferentes países e sectores. Isso é particularmente importante em Angola, onde a transparência contabilística é vista como um meio de combater a corrupção e melhorar a governança corporativa. De acordo com Niyibizi e Ilunga (2018), a implementação de boas práticas contabilísticas tem contribuído para a redução de fraudes e o fortalecimento da confiança nos negócios, o que é crucial para um ambiente económico saudável.

No **sector público**, a contabilidade é igualmente vital para a gestão transparente dos recursos do Estado. A implementação de sistemas contabilísticos modernos permite um melhor controlo orçamental e uma alocação mais eficiente dos recursos, garantindo que os fundos públicos sejam usados de forma responsável e em prol do desenvolvimento. Conforme mencionado por Gomes (2020), a melhoria na contabilidade pública angolana, com o uso de relatórios financeiros mais detalhados e auditáveis, tem sido fundamental para aumentar a transparência fiscal e melhorar a gestão das finanças públicas.

3.2. Facilitação de Investimentos Estrangeiro e Local

A contabilidade desempenha um papel crucial na atração de investimentos, pois oferece aos investidores uma visão clara e precisa da saúde financeira das empresas e da

economia como um todo. Em Angola, a modernização das práticas contabilísticas, alinhadas aos padrões internacionais, tem sido um factor determinante para a criação de um ambiente de negócios mais atraente e confiável. Investidores estrangeiros, em particular, dependem de informações financeiras transparentes para tomar decisões informadas sobre onde alocar seus recursos.

Além disso, a contabilidade desempenha um papel importante na promoção de investimentos locais, ao permitir que empresários angolanos e pequenas empresas obtenham financiamentos mais facilmente. Bancos e outras instituições financeiras baseiam suas decisões de concessão de crédito em relatórios contabilísticos confiáveis, o que ressalta a importância de práticas contabilísticas precisas e reguladas. A melhoria na qualidade da contabilidade empresarial em Angola tem possibilitado um maior acesso ao crédito, essencial para o crescimento das **micro, pequenas e médias** empresas que são pilares do desenvolvimento económico.

3.3. Planeamento Económico e Estratégico

A contabilidade é uma ferramenta indispensável para o planeamento económico e estratégico, tanto para empresas quanto para governos. Em Angola, a contabilidade fornece dados essenciais que permitem aos gestores avaliar a *performance* económica, identificar tendências e ajustar suas estratégias de acordo com as necessidades do mercado.

No contexto **empresarial**, a contabilidade ajuda as empresas a monitorarem seus custos, lucros e fluxos de caixa, facilitando o desenvolvimento de estratégias para maximizar a eficiência operacional e aumentar a rentabilidade. Segundo Lopes e Costa (2017), a contabilidade de gestão tem se mostrado um recurso valioso para as empresas angolanas na formulação de orçamentos, previsão de cenários económicos e na tomada de decisões estratégicas que impulsionam o crescimento.

Para o **governo**, a contabilidade fornece uma base sólida para o planeamento económico nacional. Relatórios contabilísticos detalhados e precisos ajudam na formulação de políticas fiscais, na definição de prioridades de investimento público e na avaliação do impacto das políticas económicas sobre o desenvolvimento do país. Estudos de Cangue (2021) indicam que o acolhimento de práticas contabilísticas mais rigorosas tem melhorado a capacidade do governo angolano de planejar e executar suas políticas de desenvolvimento, contribuindo para uma gestão mais eficaz dos recursos públicos.

IV. DESAFIOS DA CONTABILIDADE EM ANGOLA

A contabilidade em Angola enfrenta desafios significativos que afectam a sua eficácia e a capacidade de contribuir plenamente para o desenvolvimento económico do país. Estes desafios são resultado de uma combinação de factores históricos, estruturais e institucionais, que incluem a formação insuficiente de profissionais, barreiras tecnológicas, infraestrutura inadequada e problemas de regulação e *compliance*.

Compreender essas dificuldades é essencial para desenvolver estratégias que possam fortalecer o sistema contabilístico em Angola.

4.1. Limitações na Formação e Capacitação Profissional

Uma das principais barreiras ao desenvolvimento da contabilidade em Angola é a formação inadequada e a falta de capacitação contínua dos profissionais da área. Historicamente, o país tem enfrentado escassez de profissionais qualificados, um problema exacerbado pela guerra civil que interrompeu o desenvolvimento de instituições educacionais e afectou a qualidade da formação técnica e superior.

Actualmente, muitos contabilistas e auditores em Angola possuem qualificações que não atendem aos padrões internacionais exigidos, o que limita sua capacidade de implementar e manter práticas contabilísticas modernas e eficazes. De acordo com o estudo de Kiala (2020), a falta de programas de formação especializados e a carência de cursos de actualização sobre as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) representam grandes obstáculos para a melhoria das práticas contabilísticas no país.

Acresce-se, a ausência de uma cultura de aprendizagem contínua e a limitada oferta de treinamentos técnicos de qualidade dificultam o desenvolvimento profissional. Instituições como a Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (**OCPCA**) têm feito esforços para melhorar a capacitação dos profissionais de contabilidade, mas esses esforços ainda enfrentam desafios como a falta de recursos e a resistência à mudança por parte de profissionais acostumados a métodos “tradicionais”.

4.2. Barreiras Tecnológicas e Infraestrutura

A implementação de tecnologias avançadas é fundamental para a modernização da contabilidade, mas Angola ainda enfrenta desafios significativos nesse aspecto. O acesso limitado a tecnologias de informação e comunicação, bem como a infraestrutura inadequada, compromete a eficiência e a precisão dos processos contabilísticos.

As empresas angolanas, especialmente as pequenas e médias, muitas vezes carecem de sistemas de gestão contabilística modernos, o que as impede de adoptar práticas de “*contabilidade digital*” que são comuns em mercados mais desenvolvidos. Segundo Silva e Mendes (2019), a dependência de processos manuais aumenta o risco de erros e fraudes, e a ausência de *softwares* de contabilidade modernos, que responda à demanda, reduz a capacidade das empresas de gerenciar suas finanças de forma eficaz.

Além disso, a conectividade à *internet* ainda é um desafio em várias regiões do país, limitando o acesso a plataformas de contabilidade baseadas em nuvem e a outros recursos digitais que poderiam otimizar o trabalho dos profissionais de contabilidade. A falta de investimentos em infraestrutura tecnológica não só afecta as práticas contabilísticas, mas também diminui a competitividade das empresas angolanas no cenário global.

4.3. Problemas de Regulação e Compliance

A regulação da contabilidade em Angola ainda enfrenta problemas que dificultam a implementação eficaz das normas contabilísticas. Embora o país tenha dado passos importantes com a introdução (parcial) das IFRS e a criação da **OCPCA**, muitos desafios permanecem, incluindo a falta de fiscalização eficaz e a aplicação inconsistente das normas.

A informalidade económica e a baixa cultura de *compliance* também representam grandes barreiras. Muitas empresas angolanas operam sem um sistema adequado de contabilidade e relatórios financeiros, o que dificulta a fiscalização e cria um ambiente propício à evasão fiscal e outras práticas ilícitas. De acordo com Neto (2021), a falta de uma estrutura regulatória robusta para monitorar e punir irregularidades contabilísticas cria um ambiente de negócios inseguro, onde a prestação de contas não é vista como uma prioridade.

A fragilidade das instituições reguladoras, somada à falta de incentivos para a **conformidade**, também contribui para a baixa adesão às normas contabilísticas. Muitas empresas, especialmente as de menor porte, optam por não investir em práticas de contabilidade formal, devido aos custos elevados e à percepção de que o risco de sanções é baixo. Esse cenário indica a necessidade de reformas que possam fortalecer as capacidades regulatórias e incentivar o *compliance*, tornando o ambiente de negócios mais transparente e confiável.

V. OPORTUNIDADES DE APRIMORAMENTO

Diante dos desafios enfrentados pela contabilidade em Angola, surgem várias oportunidades para o aprimoramento do sistema contabilístico, que podem impulsionar o desenvolvimento económico do país. Focar em investimentos na educação e formação contabilística, modernizar as tecnologias de informação e fortalecer as normas contabilísticas e a fiscalização são caminhos promissores para melhorar a prática contabilística e, consequentemente, a governança económica de Angola.

5.1. Investimento em Educação e Formação Contabilística

Investir na educação e formação contabilística é fundamental para superar a escassez de profissionais qualificados em Angola. Para enfrentar as limitações na capacitação profissional, é necessário fortalecer os cursos de contabilidade nas universidades e instituições técnicas, introduzindo currículos alinhados com as normas internacionais e que contemplem as exigências do mercado global.

Iniciativas de cooperação internacional, como parcerias com universidades estrangeiras e programas de intercâmbio, podem elevar a qualidade do ensino e trazer novas perspectivas aos estudantes angolanos. Segundo Cardoso (2022), essas parcerias têm o potencial de proporcionar acesso a melhores recursos didáticos, tecnologias de

aprendizagem e professores qualificados, que são cruciais para a formação de profissionais de contabilidade capazes de atender aos padrões exigidos pelo mercado.

Contudo, a criação de programas de certificação e cursos de formação contínua oferecidos por instituições como a Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (**OCPCA**) pode contribuir significativamente para o aprimoramento das competências dos profissionais da área. Esses programas devem focar não apenas nas normas técnicas, mas também em habilidades práticas, como auditoria, gestão financeira e ética contabilística, preparando os profissionais de contabilidade para os desafios do ambiente de negócios moderno.

5.2. Modernização das Tecnologias de Informação

A modernização das tecnologias de informação é uma oportunidade vital para melhorar a eficiência e a qualidade das práticas contabilísticas em Angola. A implementação de “*sistemas de contabilidade digital*” e o uso de *softwares* especializados permitem um controlo financeiro mais preciso, reduzem o tempo necessário para o processamento de informações e minimizam erros humanos.

A implementação de plataformas de contabilidade em nuvem, por exemplo, pode facilitar o acesso a dados em tempo real e permitir uma melhor integração entre diferentes departamentos das empresas. Isso é especialmente importante em um contexto onde muitas organizações ainda dependem de processos manuais. De acordo com Alves e Costa (2021), a digitalização das práticas contabilísticas pode transformar radicalmente a maneira como as empresas angolanas operam, oferecendo uma vantagem competitiva significativa.

Investimentos em infraestrutura tecnológica, como a expansão do acesso à *internet* de alta velocidade e a criação de “centros de inovação” focados em tecnologia financeira, também são essenciais. Esses investimentos ajudariam a capacitar empresas de todos os portes a adotarem soluções contabilísticas modernas, além de facilitar a formação de profissionais capacitados para lidar com essas novas ferramentas.

5.3. Fortalecimento das Normas Contabilísticas e da Fiscalização

Fortalecer as normas contabilísticas e a fiscalização é uma das principais oportunidades para melhorar a integridade e a transparência do sistema contabilístico em Angola. A criação de um ambiente regulatório mais rigoroso e eficiente pode incentivar a **conformidade**, reduzir a informalidade e promover a confiança nos relatórios financeiros.

A **OCPCA** desempenha um papel crucial nesse fortalecimento, mas precisa de maior apoio governamental e recursos para intensificar suas actividades de supervisão e regulamentação. Iniciativas para aumentar a capacidade de fiscalização, como a implementação de auditorias regulares e a introdução de sanções mais severas para o

não cumprimento das normas contabilísticas, são essenciais para garantir que as empresas mantenham altos padrões de governança.

Ademais, a actualização contínua das normas contabilísticas para alinhá-las com as melhores práticas internacionais ajudaria Angola a manter-se competitiva e a atrair mais investimentos. Como observa Pinto (2023), a adopção de padrões actualizados e a implementação de processos de *compliance* mais rigorosos têm o potencial de transformar a percepção de risco dos investidores, melhorando o ambiente de negócios e fortalecendo a economia nacional.

VI. ESTUDOS DE CASO

Os estudos de caso sobre o impacto das boas práticas contabilísticas em Angola evidenciam como o acolhimento de práticas contabilísticas modernas e transparentes pode impulsionar tanto o sector **privado** quanto o **público**. Essas experiências mostram que, apesar dos desafios, há exemplos positivos que demonstram o potencial transformador da contabilidade na economia angolana. A análise de casos específicos de empresas e do sector público revela lições valiosas sobre a importância da contabilidade para o desenvolvimento sustentável.

6.1. Impacto no Sector Empresarial

Diversas empresas angolanas têm se destacado pelo acolhimento de boas práticas contabilísticas, servindo de exemplo para o mercado local e atraindo a confiança de investidores nacionais e internacionais. Essas empresas demonstram que a aplicação correcta das normas contabilísticas pode melhorar significativamente a governança, a transparência e a competitividade.

Um exemplo notável é o da **Sonangol**, a principal empresa estatal de petróleo em Angola, que nos últimos anos implementou um rigoroso programa de reestruturação contabilística para alinhar suas práticas com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). De acordo com um estudo de Rocha e Silva (2022), a Sonangol passou a adoptar “*sistemas de contabilidade digital*” que melhoraram a precisão e a transparência dos seus relatórios financeiros, permitindo uma maior confiança dos investidores e facilitando o acesso a financiamentos externos.

Outra empresa de destaque é o Banco de Fomento Angola (**BFA**), que investiu significativamente na modernização dos seus processos contabilísticos e na capacitação contínua dos seus profissionais. O BFA tem implementado sistemas de *compliance* rigorosos que asseguram a **conformidade** com as normas internacionais e proporcionam uma gestão de risco mais eficaz. Essas práticas não só fortaleceram a posição do banco no mercado angolano, como também o tornaram um parceiro confiável para investidores estrangeiros, conforme relatado por Nascimento (2023).

A **Unitel**, maior operadora de telecomunicações de Angola, também se destaca por suas práticas contabilísticas avançadas. A empresa investiu em tecnologias de informação

que integraram suas operações financeiras, permitindo uma gestão contabilística mais eficiente e a redução de fraudes. Segundo Dias (2021), a Unitel tem servido de referência para outras empresas de grande porte no país, demonstrando que a modernização contabilística pode ser um factor decisivo para o sucesso empresarial em mercados emergentes.

6.2. Impacto no Sector Público

No sector público, a contabilidade desempenha um papel crucial na gestão eficaz dos recursos do Estado e na promoção da transparência fiscal. A implementação de boas práticas contabilísticas tem permitido uma maior prestação de contas, melhorando a alocação de recursos e fortalecendo a confiança da população nas instituições públicas.

O caso do Ministério das Finanças (**MINFIN**) é emblemático nesse sentido. Desde 2018, o Ministério tem adoptado um sistema integrado de gestão financeira. Esse sistema tem sido fundamental para melhorar a gestão do orçamento público, aumentar a transparência dos gastos governamentais e reduzir a corrupção. Um estudo de Fonseca (2020) destaca que essas mudanças resultaram em uma gestão mais eficiente dos fundos públicos e em uma maior credibilidade do governo junto a financiadores internacionais, como o Banco Mundial.

Outro exemplo é o da Administração Geral Tributária (**AGT**), que, através da modernização dos seus processos contabilísticos e fiscais, conseguiu aumentar a arrecadação de impostos de forma mais transparente e eficiente. A introdução de sistemas eletrónicos de “**contabilidade fiscal**” permitiu um melhor acompanhamento das receitas do Estado e facilitou o combate à evasão fiscal. De acordo com Pereira (2021), essas medidas não só melhoraram a capacidade do governo de financiar serviços públicos, mas também contribuíram para a construção de um ambiente económico mais justo e competitivo.

A contabilidade também tem desempenhado um papel importante na gestão dos projectos de infraestrutura pública. A implementação de relatórios financeiros rigorosos e auditáveis em projectos de grande escala, como a construção de estradas e hospitais, tem garantido que os fundos sejam utilizados de maneira eficiente e responsável. Esses avanços têm sido fundamentais para a melhoria da qualidade dos serviços públicos em Angola e para o aumento da confiança dos cidadãos nas acções do governo.

VII. PERSPECTIVAS FUTURAS

A contabilidade desempenha um papel estratégico no desenvolvimento económico de qualquer país, e em Angola, seu potencial para promover o crescimento sustentável e contribuir para políticas de desenvolvimento é inegável. Olhar para o futuro implica explorar como a contabilidade pode continuar a evoluir e se integrar de forma mais eficaz com as estratégias nacionais, fortalecendo a governança, impulsionando investimentos e promovendo uma economia mais transparente e inclusiva.

7.1. Potencial da Contabilidade para o Crescimento Sustentável

O papel da contabilidade no crescimento sustentável de Angola vai além do registo financeiro; ela é essencial para garantir que as práticas empresariais e governamentais sejam transparentes, éticas e responsáveis. A contabilidade pode contribuir significativamente para a sustentabilidade económica, social e ambiental, uma vez que fornece informações cruciais para a tomada de decisões estratégicas que consideram o impacto de longo prazo.

Com o fortalecimento das Normas Internacionais de Relato Financeiro (**IFRS**) e o acolhimento (principiante) das Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (**IPSAS**), a contabilidade em Angola pode apoiar uma gestão mais eficaz dos recursos naturais, que são um dos pilares da economia angolana. Segundo Mário (2023), o alinhamento das práticas contabilísticas com padrões globais não só atrai investimentos estrangeiros, mas também melhora a alocação de recursos internos, promovendo a eficiência e reduzindo desperdícios.

Contudo, a contabilidade pode desempenhar um papel importante na avaliação de impactos ambientais e sociais das actividades económicas, um aspecto essencial para alcançar os “Objectivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS) da ONU. Empresas que adoptam práticas de “**Contabilidade Verde**” e relatórios de sustentabilidade podem monitorar seu impacto ambiental e implementar estratégias para mitigar riscos, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado e responsável.

Outro aspecto crucial é a transparência na gestão dos recursos públicos. A contabilidade no sector público, quando bem implementada, pode melhorar a prestação de contas e a eficiência do uso dos recursos estatais, garantindo que os investimentos em infraestrutura, saúde e educação sejam realizados de forma sustentável e que beneficiem toda a população. Esse alinhamento com práticas sustentáveis fortalece a confiança dos cidadãos e da comunidade internacional nas instituições angolanas.

7.2. A Integração da Contabilidade com as Políticas de Desenvolvimento

A integração da contabilidade com as políticas de desenvolvimento de Angola é uma oportunidade para alinhar a gestão financeira com as metas económicas e sociais do país. A contabilidade pode fornecer dados críticos que ajudam o governo a planear, monitorar e ajustar suas políticas de desenvolvimento de maneira mais eficaz.

A incorporação de relatórios financeiros rigorosos nos projectos de desenvolvimento nacional pode melhorar significativamente a eficiência e a transparência desses projectos. Por exemplo, a contabilidade pode apoiar a implementação de políticas fiscais que incentivem o crescimento económico, promovam a inclusão financeira e garantam a equidade na distribuição dos recursos. De acordo com Ramos (2022), uma contabilidade bem-estruturada facilita a avaliação dos impactos das políticas públicas e permite ajustes mais rápidos e precisos, aumentando a eficácia das intervenções do governo.

Além do mais, a contabilidade pode ajudar a identificar áreas de desperdício e **corrupção**, fornecendo uma base sólida para reformas estruturais. Ao integrar dados contabilísticos com sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas, o governo pode tomar decisões mais informadas sobre onde investir e como corrigir desvios, garantindo que os recursos sejam direcionados para as áreas que realmente precisam de apoio.

No sector privado, a contabilidade pode ser um catalisador para o desenvolvimento ao oferecer informações detalhadas que permitem às empresas planejar melhor suas expansões, gerir riscos e inovar. A integração de práticas contabilísticas com as estratégias empresariais pode apoiar o crescimento sustentável das empresas, o que, por sua vez, impulsiona a economia como um todo.

A **longo prazo**, a integração da contabilidade com as políticas de desenvolvimento pode ajudar Angola a construir um ambiente de negócios mais saudável e competitivo, onde as empresas têm acesso a financiamento, a governança é fortalecida e o desenvolvimento económico é inclusivo e sustentável. Esse caminho é fundamental para Angola alcançar seu pleno potencial como uma das economias emergentes mais promissoras de África.

VIII. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A contabilidade tem se mostrado um elemento vital para o desenvolvimento económico de Angola, contribuindo para a transparência, a gestão eficaz dos recursos e o fortalecimento da confiança nas instituições públicas e privadas. Este capítulo sintetiza os principais pontos abordados ao longo do ensaio e apresenta recomendações que visam fortalecer o papel da contabilidade como um pilar estratégico para o crescimento sustentável do país.

8.1. Resumo dos Pontos Principais

O ensaio destacou a evolução histórica da contabilidade em Angola, evidenciando os avanços e os marcos legais e regulatórios que moldaram a prática contabilística no país. Observou-se que, apesar dos progressos, a contabilidade enfrenta desafios significativos, como a falta de formação profissional adequada, barreiras tecnológicas e problemas de regulação e *compliance*.

A análise do papel da contabilidade no desenvolvimento económico revelou que práticas contabilísticas sólidas contribuem para a transparência e prestação de contas, facilitam a atração de investimentos estrangeiro e local, e suportam o planeamento económico e estratégico tanto no sector privado quanto no público. Estudos de caso de empresas angolanas como Sonangol, BFA e Unitel demonstraram que a adopção de boas práticas contabilísticas pode melhorar a governança corporativa e aumentar a competitividade.

No sector público, a contabilidade tem sido crucial para a gestão eficiente dos recursos, promovendo a prestação de contas e a confiança da população nas instituições estatais. A integração da contabilidade com as políticas de desenvolvimento foi identificada como uma oportunidade para alinhar a gestão financeira com os objectivos económicos e sociais do país, promovendo um desenvolvimento mais sustentável.

8.2. Recomendações para Fortalecer o Papel da Contabilidade em Angola

Em face do exposto, é curial e fundamental fortalecer o papel da contabilidade em Angola. Para o efeito, elencamos as recomendações seguintes:

- **Investir na Educação e Capacitação Profissional:** Para superar a escassez de profissionais qualificados, é essencial investir na formação de contabilistas e auditores, com currículos que estejam alinhados às normas internacionais. Programas de educação contínua e certificação, promovidos por instituições como a Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (**OCPCA**), são fundamentais para manter os profissionais actualizados sobre as melhores práticas.
- **Modernizar a Infraestrutura Tecnológica:** O acolhimento de tecnologias de informação avançadas, como *softwares* de contabilidade em nuvem e sistemas integrados de gestão financeira, deve ser priorizada. Isso não só aumentará a eficiência das práticas contabilísticas, mas também permitirá um melhor controlo e transparência nas operações financeiras das empresas e do governo.
- **Fortalecer o Quadro Regulatório e de Fiscalização:** A criação de um ambiente regulatório mais robusto é essencial para garantir a **conformidade** e a transparência. A implementação de auditorias regulares, o fortalecimento das capacidades da **OCPCA** e a introdução de sanções mais rigorosas para o não cumprimento das normas contabilísticas são medidas necessárias para melhorar a confiança no sistema contabilístico.
- **Integrar a Contabilidade nas Políticas de Desenvolvimento:** A contabilidade deve ser utilizada como uma ferramenta estratégica para a formulação e execução de políticas públicas. Relatórios financeiros detalhados e sistemas de monitoramento e avaliação podem fornecer ao governo as informações necessárias para ajustar suas políticas de forma eficaz, promovendo um uso mais racional dos recursos.
- **Promover Boas Práticas Contabilísticas no Sector Privado:** Incentivar as empresas a adoptarem normas internacionais de contabilidade e relatórios de sustentabilidade é essencial para melhorar a governança corporativa e atrair mais investimentos. As empresas devem ser encorajadas a ver a contabilidade não apenas como uma obrigação legal, mas como uma vantagem competitiva.
- **Fomentar a “Contabilidade Verde” e Sustentável:** A introdução de práticas de **“Contabilidade Verde”**, que avaliem e monitorem o impacto ambiental das actividades económicas, pode ajudar Angola a alinhar seu desenvolvimento económico com os objectivos de sustentabilidade globais, promovendo uma economia mais responsável.

Essas recomendações visam não apenas fortalecer a contabilidade como disciplina técnica, mas também elevar seu papel estratégico na economia angolana, contribuindo para um futuro mais próspero e sustentável.

IX. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apresentam-se as referências bibliográficas adaptadas do formato da norma ABNT (*Associação Brasileira de Normas Técnicas*) para as obras e documentos mencionados:

1. Nicolau, A. L. (2009). "Sebenta de contabilidade financeira avançada". Disponível em: <https://academiaocpca.ao/arquiv/doc12.pdf>. Acesso em: 14 de Agosto de 2024.
2. Alves, M., & Costa, R. (2021). Tecnologia da informação e a contabilidade digital em Angola: Oportunidades e desafios. *Jornal de Contabilidade e Tecnologia*, 7(1), 29-43.
3. Banco Nacional de Angola (BNA). (2016). Relatório sobre a Implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em Angola. Luanda: BNA.
4. Cangue, J. (2021). Contabilidade pública e sua contribuição para o desenvolvimento económico em Angola. Luanda: Universidade Católica de Angola.
5. Cardoso, F. (2022). O papel da educação na melhoria da contabilidade em Angola. *Revista Angolana de Educação e Contabilidade*, 4(2), 67-82.
6. Dias, L. (2021). A Unitel e a modernização contabilística em Angola: Lições de sucesso no sector de telecomunicações. *Revista de Gestão e Tecnologia Financeira*, 6(3), 23-37.
7. Ferreira, M., & Santos, L. (2019). Impacto da adopção das IFRS na atração de investimentos estrangeiros em Angola. *Revista Angolana de Contabilidade e Gestão*, 6(1), 33-48.
8. Ferreira, M. E. (1994). Performance económica em situação de guerra: O caso de Angola (1975-1992). *Revista do CEA, USP, S. Paulo, Brasil*.
9. Fonseca, R. (2020). Adopção das IPSAS no Ministério das Finanças de Angola: Impactos na transparência e gestão pública. *Revista de Contabilidade Pública de Angola*, 5(1), 67-81.
10. Gomes, R. (2020). A transparência contabilística no sector público angolano: Desafios e avanços. *Jornal de Contabilidade Pública de Angola*, 4(3), 12-22.
11. Gonfalo, L. A. (Coord.), & Gonfalo, A. I., Amaral, E. C. (2020). Coletânea da legislação da contabilidade. Angola. Editora Kanjaya. Maio 2020. Luanda
12. Kiala, A. (2020). Desafios na formação de contabilistas em Angola: Perspectivas e soluções. Luanda: Universidade Agostinho Neto.
13. Lopes, A., & Costa, P. (2017). Contabilidade de gestão como ferramenta estratégica em Angola. *Revista de Negócios e Economia de Angola*, 2(5), 55-70.
14. Machado, A., Silva, F., & Figueiredo, M. (2014). A adopção das IFRS em Angola: Desafios e oportunidades. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(4), 78-89.
15. Mário, A. (2023). Contabilidade e sustentabilidade: O papel das práticas contabilísticas no crescimento económico de Angola. *Revista de Economia Sustentável e Contabilidade*, 3(2), 41-58.
16. Nascimento, A. (2023). Práticas contabilísticas do Banco de Fomento Angola: Modernização e impacto no sector bancário. *Jornal de Economia e Contabilidade de Angola*, 7(1), 30-48.
17. Neto, M. (2021). Regulação contabilística e compliance em Angola: Desafios e caminhos a seguir. *Jornal de Contabilidade e Auditoria de Angola*, 5(2), 45-58.
18. Niyibizi, P., & Ilunga, J. (2018). Transparência e prestação de contas: A evolução da contabilidade em Angola. *Revista de Ética e Contabilidade em África*, 1(2), 87-102.
19. Pereira, S. (2021). Modernização da contabilidade fiscal em Angola: Resultados e desafios futuros. *Revista de Políticas Fiscais e Contabilidade*, 4(4), 55-70.
20. Pires, J. (2015). A implementação das normas internacionais de contabilidade em Angola: Um estudo de caso. *Revista de Estudos Contabilísticos de Angola*, 3(2), 45-60.

21. Pinto, L. (2023). Fortalecimento da fiscalização contabilística em Angola: Impactos na transparência e no desenvolvimento económico. *Revista de Gestão e Fiscalização Contabilística*, 5(3), 38-50.
22. Ramos, P. (2022). A integração da contabilidade com as políticas de desenvolvimento em Angola: Desafios e oportunidades. *Jornal de Políticas Públicas e Contabilidade*, 6(1), 22-39.
23. Rocha, M., & Silva, J. (2022). Reestruturação contabilística da Sonangol: Um caso de sucesso na implementação das IFRS. *Revista Angolana de Contabilidade e Governança Corporativa*, 8(2), 45-60.
24. Silva, T., & Mendes, C. (2019). Tecnologia da informação e contabilidade: Barreiras e oportunidades em Angola. *Revista de Contabilidade e Tecnologia de Angola*, 3(1), 23-37.
25. IASCF & Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. (2004). *Normas Internacionais de Relato Financeiro*. Copyright, 2004. Lisboa.
26. Handbook of International Education Pronouncements. (2017). Copyright © January 2017 by the International Federation of Accountants (IFAC).
27. World Bank Group. (2017). *“Relatório Sobre a Revisão da Profissão de Contabilidade” em Angola. (Draft)*, Julho 2017.
28. iStock. (2023). Empresário coletando moedas com análise de gráfico de lucro, crescimento empresarial. Disponível em: <https://www.istockphoto.com/photo/businessman-collecting-coins-with-profit-chart-analysis-business-growth-gm1562199023-527259498>. Acesso em: 22 de Setembro de 2024.

ANOTAÇÃO LEGISLATIVA (Suplementar):

1. Decreto Presidencial nº 310/20, de 7 de Dezembro – Aprova o Regime Jurídico do Subsistema de Ensino Superior (*que Revoga o Decreto n.º 90/09*). DR. 196, I Série.
2. Decreto Presidencial nº 59/20, de 3 de Março - Aprova o Regulamento das Modalidades de Ensino à Distância e Semi-Presencial no Subsistema de Ensino Superior. DR. 23, I Série.
3. Decreto Presidencial nº 193/18, de 10 de Agosto - Aprova as Normas Nacionais Curriculares Gerais de Graduação do Subsistema de Ensino Superior. DR. 119, I Série.
4. Despacho nº 3051/19 (MESCTI), de 11 de Julho - Cria as Comissões Nacionais para Harmonização Curricular de Graduação do Subsistema de Ensino Superior. DR. 94, de 16/07/19, II Série.
5. Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto - Que altera a Lei n.º 17/16 – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino em Angola. DR. 123, I Série).
6. Lei nº 17/16, de 7 de Outubro – Aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. DR. 170, I Série).